

Aviso n.º 3192/2019

Para os devidos efeitos e em cumprimento no disposto na alínea b) e n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do procedimento concursal comum para Contratação a Termo Resolutivo Incerto de um Técnico Superior para o preenchimento de um posto de trabalho na carreira e categoria de Técnico Superior — Sociólogo, aberto por aviso n.º 3687/2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 56, de 20 de março de 2018, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo Incerto com Lisete Manuela Ribeiro Costa, na categoria de Técnica Superior, carreira de Técnica Superior, sendo-lhe atribuída a remuneração correspondente à 2.ª posição remuneratória da carreira de Técnica Superior, nível remuneratório 15, da Tabela Remuneratória Única, pelo montante pecuniário de 1 201,48€ (mil duzentos e um euros e quarenta oito cêntimos), com efeitos a 01 de janeiro de 2019.

31 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

312040741

Aviso n.º 3193/2019

Para os devidos efeitos se torna público, que foi homologado por meu despacho datado de 30 de janeiro de 2019, a conclusão com sucesso do período experimental de José Albino Rodrigues Lobo e Paula Merciana Barroso Alves Freitas, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, na sequência do procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de dois Assistentes Operacionais — Auxiliar de Serviços Gerais, para o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, aberto por Aviso n.º 7245/2016 (Referência C), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 109 de 07 de junho de 2016.

31 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

312041049

Aviso n.º 3194/2019

Para os devidos efeitos se torna público, que foi homologado por meu despacho datado de 19 de dezembro de 2018, a conclusão com sucesso do período experimental de Maria Lurdes Fernandes Pereira, para a categoria de Assistente Operacional, da carreira de Assistente Operacional, na sequência do procedimento concursal comum para contratação por tempo indeterminado de dois Assistentes Operacionais — jardineiro, para o preenchimento de dois postos de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado, aberto por Aviso n.º 5934/2014 (Referência A), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90 de 12 de maio de 2014.

31 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara, *Eng. António Cardoso Barbosa*.

312041268

MUNICÍPIO DE VILA DO BISPO**Aviso n.º 3195/2019****Consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria entre órgãos**

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, torna-se público que, por meu despacho de 03 de setembro de 2018, autorizei a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria, entre órgãos ao abrigo do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e após anuência do serviço de origem, Instituto de Gestão da Segurança Social, à Assistente Operacional, Alzira Eduarda Afonso Dâmaso Bravo, ficando vinculada por tempo indeterminado com contrato de trabalho em funções públicas, no Mapa de Pessoal desta Câmara Municipal, mantendo o posicionamento anteriormente detido, posição remuneratória 4/5 nível remuneratório 4/5, que corresponde o montante de 648,80€, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2018.

31 de janeiro de 2019. — O Presidente da Câmara Municipal, *Adelino Augusto da Rocha Soares*.

312032366

MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO**Declaração n.º 15/2019****Correção Material ao Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António**

Maria da Conceição Cipriano Cabrita, Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, torna público, nos termos do n.º 2 do artigo 122.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António deliberou, na sua reunião de 18 de dezembro de 2018, aprovar a correção material ao Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António, a qual consiste, exclusivamente, na Correção Material da representação cartográfica da Planta de Uso dos Solos da Faixa Litoral n.º 2.7 do PDMVRSa.

Mais torna público que a Assembleia Municipal de Vila Real de Santo António, na sua sessão ordinária de 25 de janeiro de 2019, tomou conhecimento da correção material ao Plano Diretor Municipal de Vila Real de Santo António, bem como a Comissão de Coordenação Desenvolvimento

Regional do Algarve, como estipula o n.º 3 do artigo supracitado.

Publica-se em anexo, o extrato da Planta de Uso dos Solos da Faixa Litoral n.º 2.7 do PDMVRSa, objeto da correção material efetuada.

30 de janeiro de 2019. — A Presidente da Câmara, *Maria da Conceição Cipriano Cabrita*.

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

47593 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/POrd_47593_Extrato_planta_2.7_pdm.jpg
612028243

UNIÃO DAS FREGUESIAS DE CARREGADO E CADAFAIS**Aviso n.º 3196/2019****Procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo determinado**

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 33.º do anexo da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua versão atual, doravante designada por LTFP, conjugado com o disposto no artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, doravante designada de Portaria, torna-se público que, por deliberação favorável do órgão executivo de 3 de setembro de 2018 e do órgão deliberativo de 27 de setembro de 2018, se encontra aberto procedimento concursal comum visando a ocupação de 4 (quatro) postos de trabalho na carreira e categoria de assistente operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo determinado, em conformidade com o previsto no mapa de pessoal aprovado.

De acordo com solução interpretativa uniforme da Direção Geral das Autarquias Locais, de 15 de maio de 2014, devidamente homologada pelo Senhor Secretário de Estado da Administração Local, em 15 de julho de 2014, “As autarquias locais não têm de consultar a Direção Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas (INA) no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em situação de requalificação”.

1 — Número de postos de trabalho: 4 (quatro).

2 — Descrição sumária das funções — Funções constantes do anexo à LTFP referido no n.º 2 do artigo 88.º da mesma Lei, nomeadamente, proceder à limpeza das ruas, parques, instalações sanitárias e outros locais públicos e efetuar a recolha do lixo e outros resíduos; manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais ou elétricos, necessários à execução dos trabalhos e proceder à sua arrumação e limpeza; efetuar a limpeza e manutenção dos espaços verdes; proceder à reparação e pintura de muros e outras estruturas; conduzir e operar tratores, motocultivadores e retroescavadoras, com e sem equipamentos montados ou rebocados, com vista à realização de operações de limpeza e manutenção dos caminhos tendo em conta as instruções de trabalho, as normas de higiene, saúde e segurança no trabalho; prestar apoio às atividades dinamizadas pela Freguesia; proceder às atividades de coeiro e outras que venham a ser atribuídas à Junta de Freguesia.

3 — Caracterização do posto de trabalho: Funções de complexidade funcional de grau 1, com a categoria de assistente operacional, para o desempenho de atividades indispensáveis ao funcionamento dos serviços;